

SUMÁRIO

Capítulo I

A TEORIA GERAL DO PROCESSO	29
1. Teoria Geral do Processo: objeto e pressuposto.....	29
2. A Teoria Geral como tronco dos diferentes ramos do processo	30
3. Ensino da disciplina.....	32
4. Conteúdo programático	33
5. Relações com as demais disciplinas jurídicas	34
6. Autores e obras fundamentais	34

Capítulo II

A UNIDADE PROCESSUAL.....	41
1. Concepção dualista	41
2. Concepção unitária	42
3. Em abono da unidade	44

Capítulo III

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	45
1. A trilogia estrutural da ciência do processo.....	45
2. Conceituação do trinômio e de outros termos do Direito Processual	45
2.1. Jurisdição	45
2.2. Competência	46
2.3. Ação	47
2.4. Demanda.....	47
2.5. Interesse de agir	48
2.6. Pretensão.....	48
2.7. Ação de direito material.....	49
2.8. Lide.....	49
2.9. Defesa.....	50
2.10. Revelia.....	50

2.11. Exceção	51
2.12. Ônus	52
2.13. Processo	54
2.14. Procedimento	54
2.15. Partes e terceiros.....	55
2.16. Atos processuais	56
2.17. Atos do juiz e dos tribunais	57
2.18. Recurso.....	58
2.19. Preclusão	59
2.20. Coisa julgada	60
 Capítulo IV	
FONTES E RAÍZES HISTÓRICAS DO DIREITO PROCESSUAL.....	63
1. Fontes do Direito Processual	63
2. Raízes históricas.....	67
2.1. Origens remotas: do processo romano ao processo comum	67
2.2. Origens remotas: do processo visigótico ao processo ibérico.....	69
2.3. Origens próximas: do processo brasileiro no Império ao processo atual	70
 Capítulo V	
NATUREZA E INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL.....	75
1. Natureza da norma processual.....	75
2. Interpretação da norma processual.....	77
 Capítulo VI	
PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO.....	81
1. Princípios gerais do direito e princípios gerais do processo	81
2. Princípios informativos do processo universal	82
3. Princípios constitucionais do processo.....	83
3.1. Princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV).....	83
3.2. Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, c/c XXXVII)	84
3.3. Princípio do contraditório (art. 5º, LV)	84
3.4. Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, cit.)	84
3.5. Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX)	84

3.6.	Princípio da publicidade (art. 5º, LX, c/c art. 93, IX)	85
3.7.	Princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional (Const., art. 5º, XXXV; CPC, art. 3º)	85
3.8.	Princípio da licitude das provas (art. 5º, LVI)	86
3.9.	Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	87
3.10.	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII)	87
3.11.	Princípio da não autoincriminação	88
4.	Princípios infraconstitucionais do processo	89
4.1.	Princípio dispositivo	89
4.2.	Princípio do impulso oficial.....	91
4.3.	Princípio do procedimento vinculado	91
4.4.	Princípio da instrumentalidade das formas	91
4.5.	Princípio da lealdade processual	92
4.6.	Princípio da oralidade processual	93
4.7.	Princípio da primazia da decisão de mérito.....	95
4.8.	Princípio da cooperação.....	95
4.9.	Princípio da efetividade	96
4.10.	Princípio da proteção, no processo do trabalho	96

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO	99
1. O Direito Processual Intertemporal e seus três sistemas.....	99
2. Aplicação da lei nova aos processos pendentes: a regra e suas exceções..	101

Capítulo VIII

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO	105
1. O princípio da territorialidade.....	105
2. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro.....	106
3. Cooperação dos órgãos judiciários no plano internacional	107

Capítulo IX

DA JURISDIÇÃO	109
1. Conceito	109
2. Jurisdição una e jurisdição dúplice	111
3. Jurisdição, Mediação e Arbitragem	111

4.	Sentido da atividade jurisdicional	115
5.	Escopo da jurisdição.....	116
6.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	118
7.	Princípios fundamentais da jurisdição.....	118
8.	Jurisdição e competência.....	120

Capítulo X

DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	121
1. Natureza jurídica da jurisdição voluntária	121
1.1. Doutrina jurisdicionalista	122
1.2. Doutrina administrativista	123
1.3. Críticas de ALCALÀ-ZAMORA e COUTURE.....	123
1.4. O pensamento de AMÍLCAR DE CASTRO	124
1.5. A tendência atual da doutrina	124
2. Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa: critérios distintivos	127
3. A jurisdição voluntária no Código de Processo Civil brasileiro	129
3.1. Doutrina acolhida	129
3.2. Denominação adotada	130
3.3. Casos controversos	131
3.4. Formas de procedimento.....	133
4. O Ministério Público na Jurisdição Voluntária	134
5. Transformação do procedimento voluntário em contencioso: regra de <i>d'Argentrée</i>	134
6. Outros aspectos do tema	136

Capítulo XI

TEORIA GERAL DA COMPETÊNCIA	141
1. Conceito	141
2. Critérios determinativos	143
3. Competência absoluta e competência relativa.....	146
4. Regras de competência territorial: foro comum e foros especiais	149
5. Modificações da competência: conexão e continência	151
6. Controle da competência.....	154

Capítulo XII

DA AÇÃO	155
----------------------	------------

1.	Conceito	155
2.	Ação de direito processual e ação de direito material.....	156
3.	A autonomia do direito de ação.....	157
4.	Teorias sobre a natureza da ação.....	158
5.	O exercício da ação.....	162
6.	O abuso do direito de ação.....	162
7.	A tripartição lógica: pressupostos processuais, condições da ação, mérito	163
8.	Classificação das ações.....	166
9.	A ação e as ações: razão da existência de ações nominadas	169
9.1.	Ação Pauliana.....	169
9.2.	Ação Redibitória e Ação <i>Quantum Minoris</i>	170
9.3.	Ação Confessória	170
9.4.	Ação Negatória	170
9.5.	Ação Reivindicatória.....	170
9.6.	Ação de Petição de Herança.....	170
9.7.	Ação Cominatória.....	170
9.8.	Ação de Imissão na Posse	170
9.9.	Ação de Investigação de Paternidade.....	171
9.10.	Ação de Repetição de Indébito Tributário	171

Capítulo XIII

DO PROCESSO	173	
1.	Conceito	173
2.	Processo judicial e processo administrativo.....	174
3.	Processo intersubjetivo e processo coletivo	175
4.	Processo entre partes e processo objetivo.....	176
5.	Processo no sistema arbitral.....	178
6.	Processo judicial: natureza jurídica.....	179
7.	Sujeitos da relação processual – vínculos que entre eles se estabelecem.....	183

Capítulo XIV

DO PROCEDIMENTO.....	187	
1.	Conceito	187

2.	Tipos de procedimento	188
3.	Fases do procedimento	190
4.	Competência para legislar sobre procedimentos	191

Capítulo XV

TEORIA GERAL DA PROVA	195	
1.	Conceito, sede normativa e campo de estudo. O direito à prova.....	195
2.	Objeto; fatos excluídos da produção de prova. Fatos notórios e máximas da experiência.	197
3.	Verossimilhança, probabilidade e certeza.	199
4.	Classificação das provas.....	201
5.	Meios de prova.....	206
6.	Ônus da prova. Antecipação da prova.....	210
7.	Valoração da prova.....	212

Capítulo XVI

TEORIA GERAL DAS NULIDADES PROCESSUAIS	215	
1.	Existência, eficácia e validade dos atos processuais.....	215
2.	Vícios dos atos processuais: as nulidades.....	217
3.	Princípios que norteiam o reconhecimento das nulidades	222
3.1.	Presunção de regularidade	222
3.2.	Aproveitamento dos atos defeituosos	222
3.3.	Interesse na argüição	222
3.4.	Instrumentalidade das formas.....	222
3.5.	Existência de prejuízo	222
3.6.	Causalidade	223
3.7.	Conservação	223
3.8.	Convalidação do vício	223
3.9.	Preclusão das nulidades relativas	223
3.10.	Interpretação estrita	223
4.	Consequências que derivam da imperfeição dos atos processuais.....	224
5.	As nulidades e a coisa julgada; situações supervenientes	225

Capítulo XVII

O ADVOGADO	227	
1.	O advogado e o jus postulandi.....	227

2.	O advogado como representante da parte ou como defensor do acusado	230
3.	O mandato judicial	231
4.	Conduta ética do advogado e suas implicações processuais.....	233
5.	Responsabilidade civil do advogado.....	234
6.	A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil	237

Capítulo XVIII

O MINISTÉRIO PÚBLICO	241	
1.	A instituição do Ministério Público.....	241
2.	Estrutura do Ministério Público Brasileiro.....	243
3.	Funções institucionais do Ministério Público.....	245
4.	O Ministério Público como parte.....	247
5.	O Ministério Público como fiscal da Ordem Jurídica	249
6.	Outras funções do Ministério Público.....	251

Capítulo XIX

A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	253	
1.	Estrutura do Poder Judiciário brasileiro: sistema dualista.....	253
2.	Jurisdição una: o monopólio da função jurisdicional.....	255
3.	Os magistrados: carreira; garantias; limitações; disciplina.....	256
4.	Autogoverno da magistratura	259
5.	Órgãos que compõem o Judiciário: juízes e tribunais.....	259
5.1.	Justiça comum e Justiças especiais.....	259
5.2.	Justiça Federal comum e Justiça Estadual ou local	260
5.3.	Justiças especiais: ramos correspondentes	261
5.3.1.	Justiça do Trabalho	261
5.3.2.	Justiça Eleitoral	264
5.3.3.	Justiça Militar	264
5.4.	Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.....	265
6.	Conselho Nacional de Justiça	267
7.	Funções essenciais à Justiça: a Defensoria Pública	270
8.	Órgãos auxiliares da Justiça	271
9.	Organograma do Poder Judiciário	273

Capítulo XX

JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL.....	277
1. A Justiça Federal e a Justiça Estadual no sistema dualista. Estrutura dos respectivos órgãos.....	277
2. A competência da Justiça Estadual: caráter residual.....	280
3. A competência da Justiça Federal: critérios determinativos.....	281
BIBLIOGRAFIA	287